

QUEM EXPLICA O QUÊ, PARA QUEM E COMO?
A EXPLICAÇÃO DA CRISE ENERGÉTICA BRASILEIRA EM 2001
SEGUNDO OS TELEJORNALIS*

Denise LINO DE ARAÚJO (Doutoranda/USP – Professora UF de
Campina Grande – PB)

ABSTRACT: This paper aims at discussing the way to news programs explain the power crisis (blackout). The theoretical fields of Applied Linguistics, Journalism and Educations are concerned. The analysis shows that both programs play a didactic role on informing the shortage goals to the public.

KEYWORDS: Journalism, Applied Linguistics, Social Communication.

0 Introdução:

Os estudos em lingüística aplicada realizados no Brasil sobre a explicação e a transposição didática têm se voltado principalmente para as situações de repasse de informação na escola (Signorini 1991 e 1994, Reinaldo 1994, Rafael 2001). Situações nas quais a explicação tem sido muito usada para o repasse de informação, como determinados gêneros de programas televisivos e experiências não escolares de ensino do tipo trabalho artesanal, entre outros, têm sido pouco exploradas. Este trabalho focaliza a explicação em outro âmbito, nos telejornais. Para isso, apóia-se nos estudos citados e também nos realizados pela escola de Neuchâtel (Ebel 1981, Borel, 1980 e 1981, Grize 1980) sobre o mesmo tema tendo em vista responder a seguinte pergunta: como esses informativos explicam temas que requisitam a apresentação, o desdobramento, a complementação e a ampliação de informações?

Os dados aqui analisados integram um trabalho mais abrangente e referem-se à crise energética brasileira de 2001, mais conhecida como Apagão, e foram gravados em VHS no momento da sua exibição em dois telejornais: Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo de Televisão, e o Jornal da Record, veiculado pela Rede Record de Televisão. O subgrupo aqui analisado faz parte de um *corpus* ampliado, que conta com 33

* Este trabalho apresenta dados parciais da minha tese de doutoramento Um 'professor' no horário nobre: estudo da explicação em telejornais, defendida na Faculdade de Educação da USP, em abril de 2004.

edições completas gravadas no período de abril a junho de 2001, com mais de 50 reportagens e comentários didáticos. Dentre os gêneros telejornalísticos que se baseiam na exposição, apenas esses dois foram contemplados neste trabalho. Quanto à perspectiva de análise, este é um estudo de cunho interpretativo, pois valoriza a interpretação em lugar da mensuração.

1. Histórico da crise e fundamentação teórica

A crise energética ocorrida no Brasil, no ano de 2001, mas especificamente nos meses de maio a agosto, foi um fato econômico, social, político, jurídico, histórico e enunciativo. Muito antes de ser oficialmente reconhecida e gerenciada, periódicos especializados e os principais jornais impressos vinham divulgando que a capacidade de geração de energia no Brasil entrava num nível considerado crítico por vários motivos (cf. Rosa 2001, Solik 2001). Em síntese, para os especialistas, a crise era esperada e já dera sinais de que se instalaria. Finalmente, a partir de abril de 2001, devido às poucas e esparsas chuvas daquele ano, a crise do apagão foi uma realidade para três regiões do país – o sudeste, o nordeste e o centro-oeste.

Não se sabe ao certo quando as notícias sobre o apagão começaram a circular, porém como um relatório do ONS¹ com o alerta de blecaute generalizado foi entregue ao governo em março daquele ano é provável que, com o vazamento da notícia, tenha começado a especulação por parte da imprensa, forçando o governo a se manifestar.

Finalmente, em 10 de maio daquele ano, foi instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia (CGE) que se ocupou do gerenciamento da crise, implantando o sistema de cotas de consumo, para evitar os propalados apagões. Isto feito estava posto o ‘problema’ para a imprensa que era exatamente desfazer, junto à população, a idéia dos apagões, para os quais boa parte já estava influenciada, até com a aquisição dos chamados kits (lanternas, lâmpadas de emergência, pilhas, etc). Diga-se de passagem, a imprensa foi em parte responsável pela idéia de apagões e kits. Ao desfazer essa idéia, uma outra precisava ser construída: a da economia (acionamento e/ou racionalização) do uso de energia elétrica. O *site* energiabrasil informa que o arcabouço do plano ficou pronto em apenas 10 dias e nele se mudou a perspectiva de apagão para a gestão de demanda (ou auto-apagão, como preferem os que dão um tom mais irônico à questão) e diz ainda “a imprensa realizou um trabalho exemplar

no acompanhamento do racionamento, dando ampla divulgação às medidas, preparando cartilhas de orientação e, quase diariamente, acompanhado a situação em relação à curva guia”. O trabalho da imprensa, em particular dos telejornais, foi, com raras exceções, o de ‘ensinar’ o telespectador a se ajustar à crise, racionando o consumo e, de certa forma, se sentindo responsável pelo sucesso ou fracasso do plano.

Ao levar em consideração este tema, este trabalho buscou identificar como a explicação do racionamento foi construída por parte dos telejornais. Segundo Amsterdanski (1996: 159 – 179) as condições gerais para a existência da explicação incluem a presença de uma situação de desequilíbrio de conhecimentos, sendo o caso primeiro a explicação de X para alguém. No entanto, para que se consolide, a ‘clareza’, i.e, a possibilidade de compreensão, o acréscimo de informação, a restituição de causas e justificativas, é condição *sine quae non*. Para isso, não basta ser mera informação, é preciso que esteja adequada e modifique a condição inicial daquele que busca ou pede explicação, portanto, nas palavras do autor (p. 156), “é preciso estudar as condições que a explicação deve preencher para colmar as lacunas do conhecimento².”

Entendendo que a atividade de divulgação de informações e/ou repasse de conhecimento compõe uma dessas esferas, sendo a que faz a mediação entre a esfera científica e a vida cotidiana, por exemplo, ou a esfera política e a ação social, considera-se, no contexto deste trabalho, legítima a discussão sobre explicação (sua formulação, perspectivas, características e funções) no âmbito do discurso telejornalístico.

Ebel (1981: 16) afirma que, de modo geral, a explicação está relacionada à causalidade. Nesse sentido, em suas palavras, “explicar tende a se confundir com os verbos dizer e repetir. De outro lado, todo discurso pode ser compreendido como o desenvolvimento de outros discursos que visam a esclarecer”.

De forma geral, os autores da escola de Neuchâtel adotam uma perspectiva enunciativa e interacionista para os fenômenos da linguagem e admitem que um evento comunicativo não é explicativo em si mesmo, mas pode assimilar uma dimensão explicativa decorrente da situação de interlocução. É a situação de comunicação social que instaura ou não a necessidade de a interlocução assumir uma dimensão explicativa. No caso das situações de ensino, seja institucional ou não, essa dimensão se apresenta como inerente ao repasse de informação.

Essa perspectiva também admite que há uma associação entre explicação e efeito didático, de modo que todo procedimento explicativo, ainda que não seja um evento didático, guarda, em tese, a intenção de fazer alguém compreender algo.

Nesta perspectiva, o que legitima a explicação é a noção de enunciação, na qual está imbricado o valor que os coenunciadores se atribuem, bem como a noção de práticas sociais e discursivas³. Desse modo, uma narrativa, uma piada, assim como uma explanação teórica e uma reportagem pode ter valor explicativo dependendo das condições enunciativas em questão. Portanto, o efeito explicativo se constrói no jogo lingüístico quando os interlocutores se engajam na sua construção. Pode-se dizer que se a intenção explicativa é posta mesmo que por apenas uma das partes, seja aquela que solicita ou aquela que pode apresentar a explicação, o efeito, então, tem possibilidades de se estabelecer. Nesse sentido, é a explicação uma seqüência discursiva naturalmente cooperativa.

Doumazane (1985: 27 – 34), assim como outros autores, admite que uma das principais atividades jornalísticas consiste em explicar os fatos e não apenas descrevê-los. Para Peytard (1984), a explicação de uma matéria nos (tele)jornais é uma atividade decorrente da reformulação de textos. Esse autor (op cit. p. 27) destaca o trabalho realizado pelos jornalistas e também pelos professores na reformulação de textos científicos, apresentando-os como agentes primários desse processo. O autor considera ainda que jornalistas são também, em certa medida, professores por que têm como escopo do seu trabalho explicar, esclarecer, estabelecer relações. Diz que da prática de transformação de textos, comum nas redações, resulta um documento equivalente ao original (ou originais), mas modificado em seus processos discursivos; tal prática lança mão de uma retórica que procura não reformular o núcleo central para preservá-lo de toda alteridade. O autor destaca como atividades de reformulação a tradução, a reescritura, a exposição didática, o discurso relatado e a paráfrase. Todas essas presentes tanto nos (tele)jornais quanto na escola.

Brey (1984) defende que a atividade de reformulação de textos, que é em síntese uma atividade de transposição didática, é fundamental para ‘dominar’ um conceito, ou seja, para o seu pleno entendimento pelo domínio público, e isto resulta na (re)organização de áreas e de saberes a partir de reformulações sucessivas. Tal ‘dominação’ é, na visão do autor, uma ação ativa, que consiste, primeiramente, em reconhecer a especialidade à qual o conceito se aplica. Em segundo lugar, consiste em utilizar o conceito em domínios diferentes deste primeiro, difundindo-o, numa versão adaptada a destinatários com diferentes níveis de atenção e acolhida.

Em suma, os estudos da lingüística aplicada vêm a explicação como uma atividade lingüística estruturada sobre dois eixos: o cognitivo e

o interacional. Para os autores da escola de Neuchâtel, esse segundo eixo quase sempre prevalece. Para os estudos de comunicação social, particularmente os do Newsmaking, a explicação é uma atividade inerente à atividade jornalística de informar; é o resultado da transformação de textos-fontes em textos de divulgação, tal trabalho tem sempre em vista o consumidor, seja ele leitor, telespectador ou ouvinte.

2. Análise dos dados

A análise de dados revela que não obstante as diferenças ideológicas, editoriais e de formato, os dois telejornais focalizados neste trabalho se mostram semelhantes no tratamento dado à construção da explicação do tema crise de energia. A semelhança se revela tanto na posição enunciativa que assumem para construir a explicação quanto no tipo de recurso explicativo utilizado. Neste trabalho, apenas alguns aspectos relacionados a semelhanças enunciativas e à atividade de reformulação textual em forma de tradução vão ser apresentados. Para uma visão mais ampla do assunto, consulte Lino de Araújo (2004).

De acordo com a análise, a posição enunciativa e os recursos lingüísticos mobilizados para a explicação se mostram como aspectos indissociados. No *corpus* analisado, os dois telejornais assumem uma posição enunciativa do tipo professoral no que diz respeito ao repasse das regras do racionamento, i.e, assumem a posição enunciativa em que se manifestam não só como quem ensina quais são as metas de consumo de estabelecidas pelo governo, aspecto comum ao JN e JR, mas também como quem ensina a outrem como atingir essas metas, aspecto mais comum ao JN. Assim, os dois telejornais procuram estabelecer as condições favoráveis à apresentação de uma explicação, eles tomam como ponto de partida a existência de uma situação de desequilíbrio de conhecimento, em que de um lado, há a determinação de metas por parte do governo, e, de outro, há a população que desconhece ou não entende essas metas. Eles se apresentam, então, como mediadores e tradutores. Simulam dúvidas, suscitam contextos potencialmente problemáticos e passam a dar instruções de sobre a operacionalidade do plano, tendo como referência uma possível falta de informação por parte do público. Como atividade principal, transformam as informações em reportagens e comentários didatizados, conforme demonstram os dois exemplos apresentados neste trabalho.

O JR assume uma posição enunciativa do tipo professoral, que se mostra mais claramente nos comentários do que nas reportagens. Essas cumprem a função de cobrir a pauta governamental, apontando as mudanças no plano e os desdobramentos políticos da crise. A explicação propriamente dita, i.e, o desdobramento de um tópico, apresentando os aspectos com os quais se relaciona e o ponto sob o qual deve ser entendido, é uma tarefa desenvolvida no comentário tão somente pelo âncora do telejornal, o jornalista Boris Casoy. As incursões de Boris nos comentários fazem lembrar situações escolares de apresentação de conceitos durante exposições orais, como indica o exemplo a seguir.

Os comentários apresentados no JR têm vários objetivos, mas neste trabalho apenas um deles será apresentado. Trata-se do objetivo de 'traduzir' determinadas informações para o público, como será demonstrado a seguir.

Exemplo 1 - Comentário apresentado em 25 - 05⁴

Boris (comentário): Estado de emergência é outra coisa. Não tem nada a ver com 'energia elétrica. O ministro, evidentemente, quis falar que vivemos uma situação de emergência. Olha, o código de defesa do consumidor é uma lei que funciona, tem rapidez e está em dia com a realidade de cada um de nós, da população, por isso, tem uma tremenda estima popular. Mexer nessa lei através de uma medida provisória de supetão tem sabor até de sacrilégio. É extremamente positivo o fato de o presidente determinar o reestudo do assunto e mudar essa MP a::: cuja alteração provocou as reações que todos nós conhecemos. Entretanto, até porque, os jornais mostraram informalmente que a maioria dos ministros do supremo vê pelo menos parte dessa medida provisória, esse artigo 25, como inconstitucional. O momento é delicado. O racionamento precisa, já tem, mas precisa ter mais apoio da população e o governo não pode errar mais ainda em cima da gente. Fatos como esse, indecisões e titubeios fazem desabar a credibilidade de qualquer governo em qualquer lugar. Credibilidade essa, no nosso caso, já afetada pela própria falta de energia elétrica.

Este comentário é apresentado na 15ª fala de uma longa reportagem (3'30'') sobre as conseqüências jurídicas e financeiras do plano de racionamento e incide, num primeiro momento, sobre uma declaração de um ministro de estado sobre o fato de que com o plano de racionamento o país encontrava-se em estado de emergência, embora não declarado. A atividade explicativa inicia-se pela negação do que seja

estado de emergência - Estado de emergência é outra coisa. Não tem nada a ver com energia elétrica – mas na seqüência a explicação se perde exatamente porque não diz o que é estado de emergência, ou seja, o texto perde de vista a contextualização do termo e a sua especificação. O jornalista parece tentar concluir a explicação iniciada, mas fica apenas numa interpretação das palavras do ministro - O ministro, evidentemente, quis falar que vivemos uma situação de emergência. Este insucesso leva a supor que pelo menos essa primeira parte do comentário não foi devidamente planejada, como demonstra ser o restante do trecho. Este caso, se observado pelo ângulo ideacional, demonstra que tentativa de explicar não se consolida, pois a exposição não atende ao requisito da explicação racional. Todavia, esse é um bom exemplo para demonstrar que as explicações apresentadas em telejornais se aproximam bastante de explicações apresentadas na vida cotidiana, nas quais o que interessa, muitas vezes, não é a explicação racional do fato, mas tão somente a apresentação de um traço distintivo em relação ao evento posto em questão. Em síntese, o que parece ter ocorrido neste trecho específico foi uma explicação que não se efetivou plenamente e só amalgamou mais informações às já apresentadas. Pode-se pensar também que esse começo do comentário não estava devidamente programado, e, como disse Boris, certa vez numa entrevista, ‘baixou’ na hora, tornando-se, portanto, um microevento relativamente não planejado dentro de um evento maior, planejado e bem sucedido, - o comentário – que segue sem maiores problemas. O exercício de tradução não teve, portanto, o êxito esperado nesse primeiro momento.

Na seqüência, o comentário parece enveredar por uma outra linha. É um comentário mais didático, discorre sobre a lei de defesa do consumidor e tenta apontar duas razões para o fato de o presidente da República ter feito um recuo estratégico, admitindo a possibilidade de revisão da medida provisória que decretara o racionamento e estabeleceria o prazo de 48 horas para a realização dos cortes por parte das concessionárias de energia, após a constatação de consumo residencial acima do estabelecido. Ambas as razões são de natureza política, sendo a primeira relativa ao desgaste da imagem do presidente e do governo junto à opinião pública, por afrontar uma das leis mais efetivas na garantia dos direitos do cidadão no país, e a segunda relativa à provável derrota política e jurídica que a medida sofreria no Supremo Tribunal Federal já que os ministros desse Tribunal, conforme declara o jornalista, já tinham informalmente se manifestado contrários a tal medida exatamente no artigo que alterava a lei do consumidor e o fornecimento de energia, que é um serviço básico garantido pela Constituição.

O comentário prossegue ainda com uma espécie de resumo do momento político e econômico - O momento é delicado - e só pode ser entendido se o telespectador fizer um rápido *flash back* dos acontecimentos. O momento era delicado por que, do ponto de vista econômico, se o apagão se concretizasse seria um desastre para a economia que já estava em crise, agravada pela alta constante do dólar, pelas crises no Senado (violação do painel do senado na votação da cassação do senador Luiz Estevão, renúncia dos senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães, e CPI contra o presidente do Senado Jader Barbalho), pela crise Argentina que já estava em curso, muito embora só no segundo semestre de 2001 tenha se tornado incontrolável. Era também delicado aquele momento, do ponto de vista político, porque o apagão polarizou, num primeiro momento, interpretações do poder executivo, do legislativo (oposição) e do judiciário.

Finalizando o comentário, o âncora toma uma das raras posturas de adesão explícita ao plano de racionamento, conclamando a população a apoiar ainda mais, todavia, faz também críticas ao governo pelas indecisões quando à medida provisória mencionada.

Esse é um comentário longo, de um minuto e meio, que parece querer ‘traduzir’ a crise para diferentes tipos de telespectadores. Dirige-se, primeiro, aos que não sabem o que é Estado de Emergência, mas que também não ficam sabendo de fato o que é; depois, aos que precisam de elementos para entender a possível mudança na medida provisória a que se referiu o presidente da República; na seqüência, dirige-se à população como um todo e, por fim, ao próprio governo. O saldo de tudo isso é uma dispersão de informações que devem ser ordenadas pelo telespectador.

No JN, diferentemente do JR, só muito raramente aparecem comentários. Neste outro telejornal, as reportagens são o principal ‘instrumento’ de informação e de esclarecimento. A análise dos dados revela que a posição enunciativa do principal jornal da Rede Globo em relação ao plano de racionamento foi uma posição nitidamente escolar, i.e, desde as primeiras notícias, esse informativo apresentou uma série de reportagens que exemplificavam as metas estabelecidas pelo governo ou apresentavam exemplos práticos de como se adaptar à situação. No exemplo a seguir, será apresentado um extrato do *corpus* no qual, comparativamente à escola, ocorre uma espécie de ‘tradução do texto fonte’, ou seja, apresenta-se uma reportagem que procura didatizar as metas determinadas pelo governo, como demonstra o exemplo a seguir.

Exemplo 2 - Reportagem exibida em 18 – 05

1. **William Bonner:** /.../ veja agora como faz cada família com a meta de consumo a ser cumprida para evitar o aumento na conta de luz.
2. **Ari Peixoto** em off: No apartamento da consultora de moda Sandra Schimidt, a conta este mês foi de assustar: um consumo de 1210 kWh. Para este especialista em desperdício, os motivos do gasto são os 4 aparelhos de ar-condicionado, o forno de microondas e o ferro elétrico. Só ele consome 12 kWh se usado 3 horas por semana. Reduzindo o uso destes equipamentos, a economia pode chegar a 20%.
3. **José Abrantes:** Eles vão conseguir ao todo reduzir aproximadamente em torno de 250 kWh. Com todas essas economias. O principal vilão é o ar-condicionado.
4. **AP:** Quanto é que eles economizariam aí em quilowatts?
5. **JA:** Em torno de 150, 180 kWh.
6. **Sandra Schimidt:** Tô reduzindo dentro do possível e reeducando as pessoas da minha casa, talvez até mesmo me reeducando.
7. **AP** em off: Na casa da atriz Andréa de Castro, o consumo chegou a 300 kWh.
8. **Andréa de Castro:** Eu parei de usar a cafeteira, a torradeira eu diminuí o... a quantidade de uso, né, quer dizer, e... máquina de lavar duas vezes por semana só, que eu diminuí também...
9. **AP** em off: A máquina de lavar, por exemplo, consome 18 kWh por mês se for usada 3 horas por semana. No apartamento conjugado, onde vive com uma neta, D. Maura tem um consumo médio de 150 kWh por mês. O peso maior do gasto fica com o chuveiro elétrico. Meia hora de banho por dia significa 53 kWh na conta de energia.
10. **Maura Miranda:** Tenho fé que dê certo, entendeu? Se Deus quiser, né?
11. **AP:** Os brasileiros que estão na menor faixa de consumo podem ter uma boa surpresa nos próximos meses. Dependendo da economia que fizerem, os consumidores que gastam até 100 kWh por mês podem até ter a conta de luz paga pelo governo.
12. **AP** em off: 39% dos brasileiros que vivem nas regiões Sudeste, Centroeste e Nordeste estão nesta faixa, como D. Maria Eugênia. Ele teve um consumo médio nos últimos três meses de 43 kWh.
13. **D. Maria Eugênia Silva:** Eu economizo mais que posso. Eu não... não uso nada nada nada mais/ a mais.
14. **AP** em off: O bônus para essa faixa de consumo é de 2 reais para cada real economizado. Se ela deixar desligado o ventilador de teto e usar menos o chuveiro elétrico, pode reduzir o consumo a 28 kWh nos próximos meses. Aí a conta vai sair de graça.
15. **MES:** Se não pagar, melhor. Eu acho uma boa idéia.

Essa é uma reportagem de didatização, pois as metas de racionamento fixadas pelo governo são retomadas a partir de exemplos. Em primeiro lugar, é apresentado o caso de uma consumidora que estava inserida na chamada quarta faixa de consumo, i.e, a faixa acima de 501 kwh mês, à qual se aplicavam as seguintes regras do racionamento: (1º) redução do consumo em 20%, como os demais consumidores, exceto o da 1ª. faixa; (2º) sobretaxa de 50% sobre o consumo entre 201 kwh e 500 kwh; (3º) sobretaxa de 200% sobre o que excedesse a 501 kwh.

Para exemplificar, a reportagem apresenta o caso de Sandra Shimidit, cujo consumo de energia era da ordem de 1210 kwh (vide as falas de 1 a 6 acima). Verifica-se nesse excerto que a ênfase recaí sobre o ferro elétrico, um aparelho essencial à vida doméstica, sobre o forno de microondas e sobre os aparelhos de ar condicionado, peça também chave num cidade de clima quente como o Rio de Janeiro. De todos esses utensílios, talvez os últimos fossem os únicos que pudessem ficar desligados durante o inverno.

Em segundo lugar, é apresentado o caso de um consumidor da terceira faixa, ou seja, aquele a quem se aplicavam duas das regras do racionamento, a saber: (1º) redução do consumo em 20%, como os demais consumidores, exceto o da 1ª. faixa; (2º) sobretaxa de 50% sobre o consumo entre 201 kwh e 500 kwh.

Na tradução do 'texto', Andréa Castro foi tomada como ícone dos consumidores de médio poder aquisitivo. A ênfase é dada para a redução do uso de aparelhos domésticos como a cafeteira, a torradeira e a máquina de lavar (fala 8 - **Andréa de Castro**: Eu parei de usar a cafeteira, a torradeira eu diminuí o... a quantidade de uso, né, quer dizer, e... máquina de lavar duas vezes por semana só, que eu diminuí também...).

Depois, é apresentado o caso de D. Maura, uma consumidora da segunda faixa, até 200 kwh. Ela estava compelida, como os das demais faixas, a economizar 20% do consumo, mas seria beneficiada com R\$ 1,00 para cada real economizado. Sobre essa faixa do consumo não incidia a sobretaxa. Nesse caso, o 'vilão' foi o chuveiro elétrico, conforme indicado na fala 9 (O peso maior do gasto fica com o chuveiro elétrico. Meia hora de banho por dia significa 53 kWh na conta de energia).

Por fim, é apresentado um consumidor da primeira faixa, ou seja, até 100 kwh; este não era obrigado a economizar mas o que economizasse seria recompensado na relação de R\$ 2,00 para cada 1,00 economizado. Uma senhora cujo consumo era de apenas 43 kwh foi a protagonista deste último exemplo.

Como se vê, as ilustrações exemplificam as faixas de consumo de energia elétrica estabelecidas pelo governo durante a vigência do plano e se integram num plano de narratividade para apresentar o conteúdo. Nesse caso, as características do jornalismo didático, previstas por Doumazone (1985) – o formato da narrativa, hierarquização de enunciadores, *experts*, testemunhas – são encontradas no texto montado pelo repórter, que é uma espécie de narrador onisciente, sendo capaz de descrever o consumo das faixas sem usar nenhum verbo *discendi* ou *declarandi*. Quanto à presença de especialistas, veja que há o curioso caso de um especialista em desperdício (sic!) como o denomina o repórter, embora nos créditos das imagens esse mesmo apareça nomeado como especialista em energia, o que parece mais adequado. Esse especialista só opina quanto à redução na maior faixa de consumo. E já aparece a relação maior faixa de consumo e *expert* para orientar os consumidores desta faixa. Os demais casos são ilustrados com a participação das testemunhas. Observa-se que elas cumprem a função de dar um reforço à tese de redução nos gastos com energia, conforme demonstram as falas 3, 6, 8 10, 13 e 15 acima apresentadas.

Neste exemplo, o papel de tradutor das medidas parece ter sido levado às últimas conseqüências, pois no lugar da exposição e apresentação das regras entra a narratividade e a exemplificação. A reportagem, como um todo, é uma espécie de grande narrativa, cujo objetivo é exemplificar as faixas de consumo determinadas pelo plano de racionamento. Nesse caso, explicar *X* a alguém, para o telejornal focalizado, equivale a contar uma história. Dito em outras palavras, quando o JN se outorga o papel de explicador de um tema que parece julgar fora do horizonte de conhecimento do explicatário (os telespectadores) utiliza-se de estratégias de apresentação e tradução do tema. A apresentação ocorre nas diversas reportagens expositivas, ou seja, naquelas em que as informações são apresentadas sem o apoio de testemunhas, infográfico ou qualquer outro recurso de ilustração. Compõe-se basicamente de *off* e passagem do repórter e, às vezes, de uma sonora. Depois dessas reportagens é que, normalmente, são veiculadas as reportagens didáticas, que têm como um dos objetivos a ‘tradução’ das informações. Do ponto de vista lingüístico, uma das formas de concretizar a didatização é narrar histórias.

No caso em pauta, lamentavelmente, a narração perdeu a dimensão humana do processo quando o repórter acrescentou um adendo ao último caso relatado. Na fala 16, ele afirma que, para ganhar o bônus e ter a conta zerada, D. Maria Eugênia poderia deixar desligado o ventilador e o chuveiro elétrico, dessa forma o consumo cairia para 28

kwh. Enquanto exemplificação de uma regra matemática, parece adequado o cálculo hipotético de redução de consumo, mas, do ponto de vista humano e sociológico, este seria um bom exemplo para mostrar como esse consumidor que praticamente só usufruía de lâmpadas acessas (e poucas lâmpadas) se acatasse as regras seria o mais penalizado no processo. Com isso, a reportagem teria feito uma crítica ao bônus no que diz respeito ao fato de que para ser conquistado ele impunha sacrifícios ainda maiores. Todavia, essa não é a perspectiva, a lição do ‘professor’ termina na versão das informações e não vai adiante em busca da reflexão. Momentos como esses são recorrentes no *corpus*.

3 - Considerações finais.

Este trabalho teve como objetivo responder a pergunta: como os telejornais (JN e JR) explicam temas que requisitam a apresentação, o desdobramento, a complementação e a ampliação de informações? A resposta se apresenta em etapas correlacionadas. Em primeiro lugar, os dados demonstraram que houve uma coincidência quanto à posição enunciativa assumida por ambos os noticiários ao longo da cobertura do tema. Os dois telejornais comportaram-se como uma espécie de ‘professor’. Enquanto o JN parece se dirigir a alunos séries iniciantes que precisam de orientação quanto a formas de redução do consumo doméstico de energia, o JR parece se dirigir a alunos de séries mais adiantadas, que buscam a inter-relação entre causa e efeito. Com isso, os telejornais criam uma situação em que há um desequilíbrio de conhecimento, o que é próprio de uma situação de ensino, e eles se colocam na posição de quem explica *X* (a crise energética) para alguém (os telespectadores). Em segundo lugar, o delineamento dessa posição enunciativa parece influenciar de modo decisivo a escolha de recursos e estratégias lingüísticas utilizadas pelos explicatários. Em terceiro lugar, os dados demonstram que entre as formas mais recorrentes para a explicação estão certas estratégias de ‘tradução’, que se mostram (1) na versão de conceitos da forma expositiva para a forma narrativa e (2) na explicitação de conceitos e/ou inter-relação de fatos. A primeira dessas estratégias é recorrente no JN e a outra é mais empregada no JR, e apenas nos comentários, pois na estrutura desse telejornal não cabe às reportagens apresentar explicações. Assim, no que diz respeito à crise energética de 2001, os telejornais traduzem as informações porque se sentem ‘professores’, dessa forma o tratamento dado ao tema pelos telejornais

lembra a abordagem escolar de vários conteúdos. Quem explica a crise energética é um ‘professor’ e o faz tendo em vista diferentes tipos de ‘alunos’. Para isso, utiliza-se preferencialmente de certas estratégias de ‘tradução’. Por fim, cabe dizer que, examinado o tema à luz dos estudos acima apresentados, verifica-se ainda mais o enviesamento ideológico dos telejornais.

4 - Notas

¹ Organizador Nacional do Sistema.

² Como a tradução do texto é de uma editora portuguesa, muitas vezes é preciso buscar palavras mais próprias do uso do português brasileiro. Entre nós, a tradução mais usual seria algo como: *...as condições em que a explicação preenche as lacunas do conhecimento.*

³ Adoto aqui a noção apresentada por Fairclough (2001:99), segundo a qual a prática discursiva não se opõe a prática social: a primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não-discursiva.

⁴ Neste trabalho, em função do limite de páginas, não será apresentada a descrição das imagens que segue a cada uma das sonoras. Para uma visão mais completa, consulte a referência indicada na nota de rodapé do título deste artigo.

⁵ Medida de exceção constitucional, que era tomada pelo presidente da República, com a participação do Congresso Nacional, quando exigidas providências imediatas, em caso de guerra, bem como para impedir ou reprimir medidas subversivas. Foi abolida pela Constituição Federal de 1988. (cf. Dicionário Houssais 2001).

5 - Referências Bibliográficas.

- AMSTERDAMSKI, S. Explicação. In. *Enciclopédia Einaudi*. Vol 33. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996. pp. 156 – 193.
- BOREL, Marie-Jeanne. Discours Explicatifs. In.: *Travaux du Centre de Recherche Sémiologiques –Quelques réflexions sur l’explication* – N. 36, p 19 – 37, Février. 1980.
- _____. Raisons et explication. *Révue européenne des sciences sociales* XIX (56), p. 37 – 68, 1981.
- BREY, Christian. Les travaux pratiques de reformulation. In.: *Langue Française*. n. 64, p. 69 – 79, Décembre. 1994.
- DOUMAZANE, Françoise. Télévision scolaire et télévision scolarisée. L’exemple de *Vive La Crise*. In: *Études de linguistique appliquée*. n. 38. p. 27 – 34, avril/juin, 1985.

- EBEL, Mariane. L' explication: acte de langage et légitimé du discours. *Révue européenne des sciences sociales* XIX (56), p. 7 – 14. 1981.
- GRIZE, Jean-Blaize. Un point de vue sémiologique sur l'explication. In.: *Travaux du Centre de Recherche Sémiologiques –Quelques réflexions sur l'explication* – N. 36, p. 1 – 17, Février. 1980.
- LINO DE ARAÚJO, Denise. Um 'professor' no horário nobre: estudo das explicações em telejornais. Tese de doutoramento. Inédita. Faculdade de Educação, USP, 2004.
- PEYTARD, Jean. Problématique de l' alteration des discours. Reformulation et transcodage. In.: *Langue Française*. n. 64, p 5 – 27. 1984.
- RAFAEL, Edmilson. L. *Construção dos conceitos de 'texto' e de 'coesão textual': da lingüística à sala de aula*. Campinas, Unicamp, 2001. Tese de doutoramento. Instituto de Estudos da Linguagem.
- REINALDO, Ma. Augusta G. M. *A formulação textual na explicação de textos acadêmicos*. Recife: UFPE, 1994. Tese de Doutorado. Centro de Artes e Comunicação.
- ROSA, Luiz Pinguelli. *Apagão: Por que veio? Como sair dele?* . Rio de Janeiro: Revan. 2001. 128 p.
- SIGNORINI, Inês. Explicar como fazer X em situações dialógicas assimétricas. In. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, no. 18, p. 127 – 155, Jul/Dez. 1991.
- SOLNIK, Alex. A guerra do Apagão. A crise da energia elétrica no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2001. 128 p.
-
- _____ Pedir informações/explicar: estratégias comunicativas em interações assimétricas letrado/não letrado. In. *DELTA*, vol 10, nº. 1, p. 29 – 46. 1994.
-